

## Comida na teoria: tradição, memória e identidade na composição de um patrimônio gastronômico no centro-sul do Paraná

Neli Maria Teleginski (UFPR)

Esse texto apresenta reflexões teóricas realizadas a partir de nosso projeto de doutorado que trata das práticas culinárias tradicionais entre descendentes de imigrantes poloneses, das funções simbólicas da alimentação e das relações entre comida e os processos de construção de memórias e identidades étnicas e regionais no centro-sul do Paraná.

Apresentamos um diálogo com Eric Hobsbawm e Terence Ranger em torno dos conceitos de *tradição* e de *tradição inventada* relacionando-os com o conceito de *tradições culinárias*, conforme propõe Máximo Montanari. Iniciamos também uma reflexão sobre *memória* a partir da categoria *memória coletiva* de Maurice Halbwachs e de *enquadramento da memória*, proposto por Michel Pollack. Por fim, nos aproximamos do antropólogo Fredrik Barth sobre a concepção de *grupos étnicos* e *identidade étnica* como suporte para discutir a produção de etnicidade expressa através da comida, especialmente através das tradições culinárias, inseridas na memória coletiva e em constante processo de reelaboração por parte dos descendentes de poloneses.

Entre o final da década de 1870 e meados do século XX se estabeleceram no Paraná grupos de imigrantes de diferentes origens, dentre eles, os imigrantes da atual Polônia. Parte deles passou a viver em “núcleos coloniais” fundados através de políticas públicas de imigração em municípios como Irati, Mallet e Prudentópolis, no segundo planalto paranaense.

A presença da imigração imprimiu características marcantes nos sistemas alimentares da região centro-sul do estado. Consideramos, portanto, que a partir do processo imigratório ocorreu a construção de uma nova identidade alimentar e gastronômica nessa sociedade, derivada do contato entre diferentes tradições culinárias e das trocas, negociações, adaptações e inovações alimentares que

ocorreram na conjuntura de formação das colônias, quando diferentes grupos de estrangeiros e nacionais passaram a conviver de maneira mais próxima.

Conforme antropólogos, sociólogos e historiadores da alimentação, quando uma população emigra traz consigo um conjunto de práticas ligadas à sua alimentação, mesclando ou acrescentando possibilidades e práticas alimentares no novo lugar em que passam a viver se adequando ao sistema alimentar local, mas interferindo nele a partir dos hábitos que trazem consigo. (FLANDRIN; MONTANARI, 1998).

Ao citar o exemplo de pessoas que, por questões políticas ou econômicas são obrigadas ao exílio, Luce Giard mostra a importância da comida como um dos elementos que subsistem por mais tempo enquanto referência à cultura de origem, se não de maneira cotidiana, ao menos em dias de festa. Para a autora a comida é uma das maneiras de sentir e de representar a pertença a outro solo, a outra cultura (CERTEAU, 1996). Igualmente Valeri trata da comida de imigrantes como um dos últimos elementos a se desnacionalizar. Compara a relação da comida com a “língua materna”. Nesse caso, fala de uma “alimentação materna”, representada por certas dominantes alimentares que resistem à mudança, argumentando que os emigrantes podem abandonar todas as tradições de seus países de origem, até mesmo a língua, mas podem permanecer fiéis a algumas tradições culinárias. (VALERI, 1984)

Assim, esses autores apontam a fundamental relação que se estabelece em contextos migratórios, de interação entre diferentes grupos étnicos e suas gerações entre a comida, a memória e os sentimentos de pertencimento. Nessas situações relacionais os hábitos, práticas ou tradições alimentares podem agir como sinais diacríticos na demarcação de fronteiras identitárias.

Partindo dessa perspectiva, consideramos, nos estudos em História e Cultura da Alimentação, que o preparo dos alimentos pode variar de um grupo para outro, tornando a cozinha de uma sociedade particular, singular e reconhecível, construída e organizada no fazer-se do processo histórico que a engendrou.

Essa é uma das dimensões que a comida pode assumir quando se pensa a alimentação não apenas como um ato nutricional ou biológico, mas enquanto um

ato cultural, considerando os sistemas alimentares enquanto sistemas simbólicos. Nessa perspectiva a alimentação torna-se uma categoria de análise histórica.

No ambiente doméstico dos imigrantes e dos descendentes observa-se a construção de uma memória gustativa ou individual relacionada ao sabor dos alimentos provados desde a infância nas refeições. No saber-fazer alimentar são transmitidos saberes, valores, sensibilidades e memórias coletivas. A comida expressa memórias familiares associadas.

No ato de comer e cozinhar em grupo são transmitidas também as memórias de um passado mais distante, nem sempre vivenciado pelos indivíduos, mas presente na memória coletiva como as memórias da imigração, legitimadas e lembradas pelas celebrações, festas, iniciativas turísticas e políticas que destacam (e exploram) práticas culinárias que remetem aos imigrantes e ao passado migratório. Nesse caso os pratos ganham um caráter emblemático representando um patrimônio herdado dos antepassados imigrantes. Um patrimônio reconhecido pelos descendentes a ser preservado como um bem simbólico, que narra origens e rupturas do passado e do presente e que constitui um campo aberto à pesquisa para refletir sobre as múltiplas dimensões que a comida assume para os descendentes.

A importância da comida na vida dos descendentes de imigrantes poloneses e de seus antepassados, tanto no cotidiano como no espaço público e o forte investimento que remetem às suas tradições culinárias na região centro-sul do Paraná têm chamado nossa atenção não somente pelo caráter material que reveste essas tradições, mas especialmente pelos aspectos simbólicos que podemos revelar através dessas mesmas tradições e das práticas que as envolvem.

Compreendemos, portanto, que a presença das tradições culinárias entre os descendentes de imigrantes poloneses, transmitidas e recebidas em diferentes momentos e de diferentes formas ao longo do século XX e início do XXI, constitui mais que um vestígio gastronômico do período migratório e que contribuiu para a formação de um sistema alimentar complexo, com nuances ao longo desse período. Além de perceber as dinâmicas e os jogos de permanências e adaptações no campo da alimentação, a comida permite adentrar um intrincado universo de

representações, significados, de expressão de afetividades, de produção de memórias e de etnicidade. Esse último item assume importância fundamental em nossa pesquisa, pois nos referimos a uma comida em constante diálogo com a formação de grupos étnicos e de fronteiras identitárias ocorrido no contexto imigratório e com os quais essas tradições culinárias estão associadas.

Compreendemos que as *tradições* são uma das múltiplas formas de inserção do passado no presente através de um processo de conservação/inação. (PRANDI, 1994) A transmissão faz uma tradição deslocar-se temporalmente, dando-lhe um sentido de ligação com o passado. A tradição remete a um passado atualizado no presente e nela se incorpora também uma parte do imaginário, mobilizando memórias, moldando ou até mesmo inventando um passado à medida do presente. (CANDAU, 2011)

As tradições podem ser elementos culturais presentes nos costumes ou nos fazeres herdados do passado. Portanto, um produto do passado que continua a ser aceito e atuante no presente (SILVA, 2006). Por outro lado, podem estabelecer com esse passado uma relação artificial, podendo ser tomadas enquanto *tradições inventadas* ou construídas a partir dos interesses do presente. Assim, tradição não é um conceito fixo, mas em constante processo de reelaborações e legitimações.

Hobsbawm e Ranger nos apontam que aquilo que se considera uma tradição, que parece ou é considerada como muito antiga, pode, na verdade, ser bastante recente, quando não literalmente inventada. Dessa forma, é necessária uma abordagem atenta ao que está se considerando enquanto tradição, pois também as tradições inventadas fazem referência a certo passado histórico, geralmente “higienizado”, reelaborado de forma a parecer mais bonito e heroico. Por outro lado, elas podem significar reações a situações anteriores, estabelecendo seu próprio passado através de uma repetição quase que obrigatória e litúrgica. Sua característica é a invariabilidade, impondo práticas fixas e formais.

As tradições, como a caso das tradições alimentares e culinárias podem sofrer adaptações conservando antigos costumes em novas situações e se mantêm enquanto tradição quando as inovações apresentam um caráter de antiguidade. A tradição porta um sentido simbólico e, adaptadas ou inventadas, tornam-se emblemáticas para os grupos que as acionam.

Ao analisar as tradições culinárias Massimo Montanari revela seu caráter eminentemente dinâmico, partindo de uma dúplici noção de identidade e de troca. Para ele o confronto de identidades alimentares diversas não é obstáculo para salvaguardar as identidades e as tradições, pois elas se redefinem, adaptando-se a diferentes circunstâncias: “cada tradição é o fruto – sempre provisório – de uma série de inovações e adaptações”. Isso sugere que as tradições alimentares que chegam até nós são elementos provisórios, frutos de longos processos históricos. São dinâmicas e instáveis, frutos do encontro de culturas e temporalidades diversas (MONTANARI, 2009, p. 11-15).

Ao observarmos as tradições culinárias entre os descendentes de imigrantes poloneses verificamos que muitos pratos são confeccionados para compor cerimônias e rituais como Natal, Páscoa, festas de casamento e comemorações familiares, embora no cotidiano também se pratique uma culinária com fortes referências aos saberes transmitidos pelos imigrantes e através das gerações de descendentes. Nesse aspecto, a comida adquire um sentido simbólico, não apenas enquanto uma prática cotidiana, mas uma prática ritualizada, portadora de memórias.

Compreendemos que a memória é uma construção no presente a partir de experiências vividas. O que é lembrado ou esquecido individualmente se relaciona à memória do grupo de convívio e o que é lembrado depende do valor atribuído ao que é narrado e rememorado, conforme propõe Maurice Halbwachs (1990).

Durkheimiano, Halbwachs pensou sobre os “quadros sociais da memória” cunhando a expressão “memória coletiva”. Sua teoria considerou a memória individual atrelada ou dependente do relacionamento com a memória dos grupos nos quais o indivíduo está inserido – família, escola, igreja, entre outros grupos de convívio. Nas palavras de Ecléa Bosi, a memória em Halbwachs é uma imagem construída com materiais disponíveis no presente. Halbwachs amarra a noção de memória individual à memória do grupo e esta à esfera da tradição que é a memória coletiva da sociedade (BOSI, 1979, p. 18).

Michel Pollak, apoiado nos estudos de Halbwachs, considera que a memória é um fenômeno coletivo e social submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes, mas que na maioria das memórias há marcos relativamente

invariáveis como no caso de acontecimentos regionais, dos quais nem sempre a pessoa participou, mas que marcaram profundamente sua população. Para ele essa “memória pode ser transmitida ao longo dos séculos com altíssimo grau de indentificação”. E quando se trata de uma memória herdada ocorre uma ligação muito estreita entre memória e o sentimento de identidade: “a memória é um elemento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou um grupo em sua reconstrução de si”. (POLAK, 1989, p. 2-5).

O autor aponta que diversos pontos de referência estruturam a memória e a insere na memória da coletividade de convívio. Entre esses pontos de referência estão os monumentos, os patrimônios arquitetônicos, as personalidades e também as tradições culinárias enquanto um patrimônio gustativo de uma sociedade. Todos indicadores empíricos da memória coletiva. Desse ponto de vista verifica-se que por meio das tradições a memória é controlada, *enquadrada*. Para Pollack o enquadramento da memória consiste na seleção de imagens, eventos, personagens entre outros elementos fornecidos pela história e que devem ser lembrados ou esquecidos. É um trabalho incessante de reinterpretação do passado, construindo um discurso em função de combates ou interesses do presente e do futuro, garantindo uma memória coerente com os interesses em jogo. As tradições e sua construção podem ser pensadas enquanto enquadramentos da memória, pois buscam no passado elementos que as afirmam e legitimam no presente.

Portanto, algumas questões nos inquietam ao tratar o tema da presença e manutenção de tradições culinárias em comunidades marcadas pela imigração: se as tradições culinárias entre os descendentes de poloneses são de fato pontos de referência de uma memória coletiva, ou um enquadramento, conforme Pollak, qual memória coletiva está sendo construída, reinterpretada pelos descendentes no contexto específico da região centro-sul do Paraná? Memórias do passado imigratório? Memórias familiares? Individuais? Gustativas? Qual a dinâmica da memória e das tradições culinárias entre os descendentes de poloneses? Seriam as memórias despertadas pela comida as narrativas de uma “origem comum”, de

um passado imigratório, ou de outros elementos possíveis que permitem aos descendentes reafirmar sua identidade étnica?

Postulamos que as tradições alimentares ao persistirem por muito tempo na memória dos grupos, não raro tanto quanto a própria língua tornam-se vetores de memórias coletivas e de expressão do sentimento de identidade. No caso dos descendentes de poloneses no centro-sul do Paraná as tradições alimentares podem expressar uma identidade específica que é a identidade étnica, além de positivar o pertencimento a um grupo étnico. Nesse ponto, é importante considerar a noção de *etnicidade*.

Quando nos referimos à *etnicidade* articulam-se também outros dois conceitos basilares: o de *grupos étnicos* e *identidade étnica*. Na definição de Seyferth “o principal critério para definição de um grupo étnico nos estudos mais recentes é a identidade étnica, fundamentada na noção de etnicidade”. A etnicidade, portanto, enfatiza os aspectos positivos de pertencer a um grupo étnico. Ela constitui base a partir da qual os grupos fazem suas reivindicações, organizam as relações e os lugares sociais. A etnicidade pode ser mobilizada para fins políticos concretos e está associada à noção de grupo étnico, embora sejam concepções distintas (SEYFERTH, 1986). Para compreender o que é um grupo étnico nos apoiamos em Fredrik Barth que estudou os problemas colocados pelos grupos étnicos, sua persistência e suas interações.

Barth propõe concepções dinâmicas de grupos étnicos e de identidade étnica, pois considera um grupo étnico como um tipo de organização social. Ambas são vistas como categorias de autoatribuição ou atribuição realizada por outros grupos relacionais. Argumenta que “na medida em que os atores usam identidades étnicas para categorizar a si mesmos e a outros, com objetivos de interação, eles formam grupos étnicos neste sentido organizacional” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 193-194).

A definição de grupo étnico em Barth é uma questão de *identidade étnica*. Uma identidade utilizada com propósitos de interação com outros grupos, formando grupos organizados. Sua investigação recai sobre o tema das fronteiras ou limites étnicos (*ethnic boundary*), um limite social que pode ou não ter uma contrapartida dos limites territoriais. Os limites étnicos definem o grupo e não apenas sua cultura.

Esses limites aparecem quando um grupo mantém sua identidade no relacionamento com outros grupos a partir de critérios de inclusão ou exclusão dos membros desse grupo, implicando avaliação e julgamento. Para ele a “persistência de grupos étnicos em contato implica não apenas critérios e sinais de identificação, mas igualmente uma estruturação da interação que permite a persistência das diferenças culturais” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 196). Barth não faz referência à etnicidade, mas ao limite étnico e à afirmação de uma identidade étnica que separam os diferentes grupos em interação. Portanto, em sua concepção, a identidade étnica é uma das formas de manifestação da identidade social, um produto da interação e da organização de agrupamentos dicotômicos: nós/eles.

As fronteiras étnicas ou limites étnicos que podem ser mais ou menos fluídos. Não representam barreiras, mas movem-se e são permeáveis. Eles enfatizam a pertença étnica e podem ser representados através de diferentes sinais de identificação como os linguísticos, raciais, religiosos, alimentares entre outros.

Barth afirma que o conteúdo cultural das dicotomias étnicas podem ser os sinais ou signos manifestos, que define como sendo os traços diacríticos que as pessoas procuram ou exibem para demonstrar suas identidades culturais ou os padrões de moralidade e excelência pelos quais as ações são julgadas. (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 194). Portanto, os *traços culturais diferenciadores* ou *traços diacríticos* são mobilizados pelos grupos étnicos para demarcar suas fronteiras identitárias, que podem variar no tempo e a partir da especificidade dos grupos em interação. Esses traços diacríticos e as noções de pertencimento podem ser construídos juntamente com a memória coletiva de um grupo, transmitida e interpretada de um modo seletivo. Um grupo pode também adotar traços culturais de outros grupos como língua e religião e continuar a se perceber e ser percebido como distinto. A identidade étnica é uma das formas de identidade voltadas ao passado, portanto, possui particular conexão com a memória coletiva (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 1998, p. 156).

Entre os indícios relacionados ao processo de construção de identidade étnica podemos mencionar a língua, rituais religiosos, a culinária e as festas. Especialmente nas festas ocorre a valorização das origens étnicas dos moradores dos municípios do centro-sul do Paraná. Nelas encontramos importantes rituais de

comensalidade nos quais muitos pratos da culinária eslava são recriados ou inventados. Nesse aspecto as tradições culinárias, associadas às festas religiosas, familiares e datas comemorativas também podem funcionar como lugares de enquadramento da memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido, produzindo etnicidade.

Nesse contexto é possível identificar o papel dos “guardiões da memória” ou os “guardiões das tradições”, que agem na preservação de objetos e saberes do passado e dos antepassados, desempenhando um papel decisivo na produção, circulação, consumo e legitimação das narrativas. No caso da transmissão das tradições culinárias, as mulheres ocupam lugar de destaque, especialmente as mulheres mais velhas. São elas as guardiãs desses saberes, dessa memória.

Nesse aspecto inferimos que a comida presente nas tradições culinárias dos imigrantes eslavos e na memória coletiva desses grupos pode tornar-se um emblema ou símbolo de pertencimento étnico para os descendentes de imigrantes poloneses e elementos significativos na construção das fronteiras identitárias onde os grupos de descendentes podem reivindicar seu pertencimento através da comida e do sentimento de pertencimento que ela pode despertar buscando distinção diante dos outros produzindo, dessa forma, a etnicidade.

Com base em estudos antropológicos, sociológicos e pesquisas no campo da História e Cultura da Alimentação, compreendemos que a comida representa um veemente sinal diacrítico utilizado pelos sujeitos para expressar sua identidade étnica e pode ser acionada na construção das fronteiras identitárias.

A comida se constitui também enquanto uma narrativa da memória coletiva, na medida em que determinados pratos passam a ser apropriados, apreciados e fruídos por toda a comunidade, e não apenas pelos descendentes, tornando-se parte de um patrimônio coletivo. Ao ser evocado, valorizado e até mesmo inventado, esse patrimônio é por vezes explorado por diferentes iniciativas políticas, turísticas e midiáticas, enquanto estratégia de desenvolvimento local ou regional, contribuindo para os processos de construção e transformação das identidades.

## Referências

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 2**. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1996.

FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989,

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da etnicidade**. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

**Revista História: Questões e Debates**. Curitiba, nº 54, janeiro-junho de 2011. Dossiê "Além da cozinha e da mesa: história e cultura da alimentação".

SANTOS, Carlos Roberto Antunes dos Santos. **História da Alimentação no Paraná**. Curitiba: Juruá, 2007.

SEYFERTH, Giralda. As identidades dos imigrantes e o *melting pot* nacional. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 6, n. 14, p. 143-176, Nov. 2000.

SILVA, Kalina Vanderlei. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2006.

